



## **GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL**

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **APRESENTAÇÃO**

O curso de Pós-Graduação em Gestão do Sistema Prisional visa proporcionar ao aluno aprofundar seu conhecimento e sua visão acerca de temas diversos relacionados ao sistema prisional brasileiro, tais como, a lei de execução penal e a ressocialização do preso frente a pena na sociedade moderna e também promove a visão integrada das áreas do Sistema Prisional e da Segurança Pública, para que o aluno possa desenvolver capacidades estratégicas para atuar nas suas respectivas áreas de atuação

#### **OBJETIVO**

Promover a análise crítica e compreensão dos modos de formulação de políticas públicas relacionadas à segurança pública tangente ao sistema prisional e suas especificidades. Específicos: • Analisar a legislação prisional especial; • Conhecer e posicionar-se sobre as políticas e legislação para educação no sistema prisional; • Estudar sobre as políticas e projetos para o sistema prisional.

#### **METODOLOGIA**

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
74	Ética Profissional	30

#### **APRESENTAÇÃO**

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

#### **OBJETIVO GERAL**

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativa na Ética profissional.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

## REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

## PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4753	Noções Básicas de Gestão Prisional	45
------	------------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Introdução; Sistema prisional; Origem e evolução do sistema prisional; Função do Sistema Prisional; Tendências contemporâneas do sistema brasileiro; Sistema Prisional Público; Sistema Prisional Privado; Estabelecimentos do Sistema Prisional Brasileiro; Tipos de prisão; Noções básicas de direito penitenciário; Conceitos mínimos; Relação com o Estado; Configuração da sentença; Remissão da pena; Prescrição da sanção; Progressividade e regressividade; Os apenados diferentes – minorias.

## **OBJETIVO GERAL**

Identificar as Noções Básicas de Gestão Prisional.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Saber as perspectivas teóricas sobre a punição através da criminologia;
- Conhecer o papel do sistema prisional na administração do problema da criminalidade;
- Diferenciar as funções do sistema prisional.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

INTRODUÇÃO AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO AS POLÍTICAS PÚBLICAS A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SUAS AÇÕES PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A PUNIÇÃO ATRAVÉS DA CRIMINOLOGIA O SISTEMA PRISIONAL O SISTEMA PRISIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SISTEMA PRISIONAL O PAPEL DO SISTEMA PRISIONAL NA ADMINISTRAÇÃO DO PROBLEMA DA CRIMINALIDADE OS REGIMES E OS ESTABELECIMENTOS DE EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OS REGIMES PRISIONAIS REGIME FECHADO REGIME SEMI-ABERTO REGIME ABERTO ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS PENITENCIÁRIA COLÔNIAS AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR CASA DO ALBERGADO CENTRO DE OBSERVAÇÃO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO (HCTP) CADEIA PÚBLICA PATRONATO FUNÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS INTERNOS NO SISTEMA PRISIONAL O PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PROBLEMAS ATUAIS DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL OS DIREITOS DOS PRESOS O PAPEL DA MÍDIA.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

DUARTE, Luiz Ricardo. Os CONSEGs e a redução de riscos. 2 ed. Florianópolis: CEPD/USFC, 2008.

DUTRA, Domingos. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. Brasília (DF). 2008. COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Curso de Direito Penal. São Paulo, Saraiva, 1992. v. 1, p. 145

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GUINDANI, Miriam K. A. Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano 22, n. 67, 2001. KAHN, Tulio. Prefácio. In: Das políticas de segurança pública as políticas públicas de segurança.

ILANUD. São Paulo. 2002. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.1987.

## **PERIÓDICOS**

SIQUEIRA, Jailson Rocha. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n.67 São Paulo. 2001.

## **APRESENTAÇÃO**

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. \_\_\_\_\_. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

## **PERIÓDICOS**

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

## **APRESENTAÇÃO**

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. Diretrizes Para A Atuação Do Psicólogo No Sistema Penitenciário. Exame criminológico, criminologia e sua interface com a sociedade.

## **OBJETIVO GERAL**

Entender como a Psicologia Penitenciária surgiu no Brasil.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal;
- Proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado;
- Elaborar relatórios psicológicos para as autoridades competentes: mediante solicitação e baseada na abordagem criminológica.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

ASPECTOS HISTÓRICOS E MARCOS LEGAIS INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO PENITENCIÁRIA BRASILEIRA NA EXECUÇÃO PENAL ASPECTOS DA CRIMINOLOGIA CLÍNICA ATRIBUIÇÕES E PRINCÍPIOS DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO EXAME CRIMINOLÓGICO CRIMINOLOGIA E SUA INTERFACE COM A SOCIEDADE POSICIONAMENTO ÉTICO.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

DIB, M. Transtornos de personalidade e imputabilidade penal. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2008.

DROPA, R. F. Direitos humanos no Brasil: exclusão dos detentos. Disponível em: . Acesso em: 02 nov. 2012.

FÉRES-CARNEIRO, T. Família e Casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2003, p. 111-121.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

FERNANDES, N.; FERNANDES, V. Criminologia integrada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERRO, V. de S. Da submissão feminina à dominação masculina: relação amorosa de adolescentes infratores e suas companheiras. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir . 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, 6 (1), p. 73 – 80. 2004.

FULMER, R. H. Famílias de baixa renda com formação profissional: uma comparação de estrutura e do processo de ciclo de vida. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.). As mudanças no ciclo de vida familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 468-496, 1995.

## **PERIÓDICOS**

FULARNETO, J. O símbolo da psicologia e seu significado. Disponível em: . Acesso em: 28 out. 2012.

## APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

## OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

## REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.<sup>a</sup>: A didática do ensino superior, Campinas, Papyrus, 1994.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papyrus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9<sup>a</sup>. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

## PERIÓDICOS

## APRESENTAÇÃO

Aspectos socioculturais da prisão: a cultura carcerária. A arquitetura prisional e o controle da ordem interna. A política interna: relacionamento entre os detentos e a administração. O egresso e a sociedade. O egresso e o mercado de trabalho. A reabilitação do condenado.

## OBJETIVO GERAL

Identificar o Sistema Prisional Brasileiro: políticas públicas e direitos humanos.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer as leis para serem utilizadas no julgamento dos criminosos;
- Saber aplicar a medida corretiva às pessoas que cometiam delito, crianças que aprendiam a ler e a escrever, loucos e outros.
- Explicar a história da psicologia no sistema prisional brasileiro.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS TORTURA CHICOTADA FOGUEIRA MICHEL FOUCAULT INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL PSICOLOGIA JURÍDICA E PSICOLOGIA PENITENCIÁRIA NA INSTITUIÇÃO PENAL E LEI PROJETOS DIFERENCIADOS E EXPERIÊNCIAS DE BOAS PRÁTICAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO ATIVIDADES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: PENSANDO EM UMA PROPOSTA DE FLUXO DE ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIOS RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DESCRITIVO

## REFERÊNCIA BÁSICA

ANDOLFI, M. A terapia familiar. Lisboa: Veja, 1981, p. 19-34.

ANDRADE, Gabriela R. B. de; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2002 .

CARTER, B. MCGOLDRICK, M. As mudanças do ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. Visitando a família ao longo do ciclo vital. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

COELHO, E. C. A oficina do diabo: crises e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo – IUPERJ, 1987.

FÉRES-CARNEIRO, T. Família e Casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2003, p. 111-121.

FERNANDES, N.; FERNANDES, V. Criminologia integrada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

## PERIÓDICOS

BRASIL. Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1984. Disponível em: . Acesso em: 29 out. 2012.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60
----	------------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

## OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

## REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1999.



KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

## PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4756	Temas Emergentes em Gestão Prisional	45
------	--------------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Psicologia aplicada à conduta antissocial. Personalidade e conduta violenta Viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas. Revisitando os Estados Brasileiros; Rebeliões e Gerenciamento de Crises; Questões de Semântica; Relação com o Estado.

## OBJETIVO GERAL

Saber a importância do Psicólogo no sistema criminal à conduta antissocial.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer a personalidade e conduta violenta viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas;
- Identificar o código penal brasileiro e as medidas de segurança;
- Explicar a imputabilidade dos tratamentos e sistemas atuais: transtornos e personalidade social.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PSICÓLOGO NO SISTEMA CRIMINAL OLHAR DO PSICÓLOGO SOBRE O SUJEITO ENCARCERADO  
PSICOLOGIA APLICADA À CONDUTA ANTISSOCIAL PERSONALIDADE E CONDUTA VIOLENTA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E AS MEDIDAS DE SEGURANÇA TÍTULO III DA IMPUTABILIDADE PENAL INIMPUTÁVEIS  
REDUÇÃO DE PENA IMPUTABILIDADE DOS TRATAMENTOS E SISTEMAS ATUAIS: TRANSTORNOS E PERSONALIDADE SOCIAL E O ADOLESCENTE AUTOR DE ATOS INFRAACIONAIS? POR QUE NÃO É PERTINENTE ESSA DISCUSSÃO NA ÁREA PENAL  
RELAÇÕES FAMILIARES: UM OLHAR SISTÊMICO SOBRE O SUJEITO DEFININDO O CONCEITO DE REDES SOCIAIS POR QUE ESTUDAR REDES SOCIAIS NO CONTEXTO PRISIONAL? COMO CONSTRUIR MAPAS DE REDE SOCIAL

## REFERÊNCIA BÁSICA

KELSEN, H. Teoria Pura do Direito. Coimbra: Armínio Amado, 1979.

LAFER, C. A ONU e os direitos humanos. Estud. Av., v. 9, n. 25. Set./Dec., 1995.

MAMEDE, M. C. Cartas e retratos: uma clínica em direção à ética. São Paulo: Altamira, 2006.

MAMELUQUE, Maria da Glória Caxito. A subjetividade do encarcerado, um desafio para a psicologia. Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2006, 26(4), p. 620-631.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Gabriela R. B. de; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2002 .

ANGELO, C. A escolha do parceiro. In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. (Org.). O casal em crise. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995. p. 47-57.

BRASIL. Código Penal. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1940. Acesso em: 29 out. 2012. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). A prática profissional do(as) psicólogos(as) no sistema prisional. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

## PERIÓDICOS

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, 6 (1), p. 73 – 80. 2004.

4757	<b>Tópicos Especiais em Pedagogia no Sistema Prisional</b>	45
------	--	----

## APRESENTAÇÃO

Modalidades de educação, currículo, inclusão e ressocialização; Modalidades de Educação; Currículo; Inclusão e ressocialização; Educação como direito humano; Intervenção psicopedagógica; Educação profissionalizante; A formação de professores; Método APAC; Educação a distância para apenados.

## OBJETIVO GERAL

Conhecer os Tópicos Especiais em Pedagogia no Sistema Prisional.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber os princípios da dignidade humana no direito penal e o tratamento penitenciário;
- Identificar as assistências garantidas às pessoas presas;
- Definir a questão do emprego e o problema da qualificação profissional perante a reinserção.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NO DIREITO PENAL E O TRATAMENTO PENITENCIÁRIO ASSISTÊNCIAS GARANTIDAS ÀS PESSOAS PRESAS AS VULNERABILIDADES DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL ERABILIDADE DO EGRESSO: FATORES QUE CONTRIBUEM UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DOS EMPREGOS NO BRASIL A QUESTÃO DO EMPREGO E O PROBLEMA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PERANTE A REINSEÇÃO SOCIAL DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL POR QUE E O QUE ENSINAR NOS PRESÍDIOS IDENTIDADES CONTRADITÓRIAS O TRABALHO EDUCACIONAL DENTRO DAS PENITENCIÁRIAS

## REFERÊNCIA BÁSICA

ASSIS, Rafael Damasceno de. As Prisões e o direito Penitenciário no Brasil.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. P. 754.

BRASIL. Lei nº7.210, de 11 de julho de 1984. Institui da Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Justiça. Avaliação do Atendimento à população egressa do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. Sistemas de Penas, Dogmática Jurídico –Penal e Política Criminal. São Paulo: Cultura Paulista, 1994.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação Tecnológica, Revalorização do Trabalho e Educação. In: FERRETI, Celso João et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir – História da violência nas prisões – Tradução de Raquel Ramallete. 36. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

## PERIÓDICOS

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com>.

4759	Legislação Prisional Especial	30
------	-------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Princípio da Legalidade . Princípio da Proporcionalidade . Princípio da Intervenção Mínima (ou Suma Ratio Legis). Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Redemocratização, violência e seletividade polícia. Operadores técnicos para a reeducação prisional e a criação do “delinquente.” O fracasso da prisão e sua função de gerenciamento das ilegalidades . Arranjo atual dos mecanismos punitivos na sociedade moderna. Um reformatório como caso singular e o arquipélago carcerário.

## OBJETIVO GERAL

Analisar os Princípio da Legalidade.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer Princípio da Dignidade da Pessoa Humana;
- Diferenciar Redemocratização, violência e seletividade polícia;
- Identificar O fracasso da prisão e sua função de gerenciamento das ilegalidades.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CÓDIGO PENAL IMPOSIÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA PARA INIMPUTÁVEL PERÍCIA MÉDICA DESINTERNAÇÃO OU LIBERAÇÃO CONDICIONAL SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR MEDIDA DE SEGURANÇA PARA O SEMI-IMPUTÁVEL DIREITOS DO INTERNADO LEI DE EXECUÇÃO PENAL MEDIDAS DE SEGURANÇA: PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA MEDIDA DE SEGURANÇA PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA (OU SUMA RATIO LEGIS) PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICAÇÃO E ESPÉCIES DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PERICULOSIDADE (VERIFICAÇÃO DO RISCO) E MEDIDA DE SEGURANÇA SUPERVENIENTE A JUSTIÇA PENAL NO BRASIL REDEMOCRATIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E SELETIVIDADE POLICIAL DEMANDA PUNITIVA E SISTEMA PENAL FOUCAULT E A PRISÃO COMO MODELO INSTITUCIONAL DA SOCIEDADE DISCIPLINAR OPERADORES TÉCNICOS PARA A REEDUCAÇÃO PRISIONAL E A CRIAÇÃO DO "DELINQUENTE" O FRACASSO DA PRISÃO E SUA FUNÇÃO DE GERENCIAMENTO DAS ILEGALIDADES ARRANJO ATUAL DOS MECANISMOS PUNITIVOS NA SOCIEDADE MODERNA. UM REFORMATÓRIO COMO CASO SINGULAR E O ARQUIPÉLAGO CARCERÁRIO PREVENÇÃO AO CRIME E JUSTIÇA CRIMINAL REFORMA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL COMISSÃO SOBRE PREVENÇÃO AO CRIME E JUSTIÇA CRIMINAL CRISE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL REVENDO A PRÁTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL A PRÁTICA PSI COMO SUPLEMENTO DO SISTEMA JUDICIAL

## REFERÊNCIA BÁSICA

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e Das Penas. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal Vol. I – Parte Geral. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 18. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 1999.

ARANTES, R. B. Ministério Público e política no Brasil. São Paulo: Ed. Sumaré, 2002 BOSCHI, José Antonio Paganella. Das Penas e Seus Critérios de Aplicação. 3. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

LACAN, J.: "Funções da psicanálise em criminologia". Em: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p 130.

## PERIÓDICOS

AZEVEDO, R. G. de; DIAS NETO, T. Poder Judiciário e justiça penal no Brasil. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2007.

4758	Políticas e Legislação para Educação no Sistema Prisional	45
------	---	----

## APRESENTAÇÃO

Contexto histórico no Brasil das prisões; as políticas públicas e as DNS; a evolução histórica da criminologia; conceito; classificação e objeto da criminologia; classificação; a criminologia e as ciências afins; criminalidade e psicanálise; relação do direito penal com a criminologia; sociedade criminógena e a conduta delitiva; expressão sociológica da criminologia; comportamento de desvio (anomia); teorias de Durkheim e Merton em relação ao comportamento de desvio (anomia); fatores sociais de criminalidade; visão do ponto de vista sociológico sobre as questões penitenciárias.

## OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a Políticas e Legislação para Educação no Sistema Prisional

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber a evolução histórica da criminologia;
- Diferenciar a relação do direito penal com a criminologia;
- Identificar os fatores sociais de criminalidade.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL DAS PRISÕES AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS DNS A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIMINOLOGIA CONCEITO CLASSIFICAÇÃO E OBJETO DA CRIMINOLOGIA CLASSIFICAÇÃO A CRIMINOLOGIA E AS CIÊNCIAS AFINS CRIMINALIDADE E PSICANÁLISE RELAÇÃO DO DIREITO PENAL COM A CRIMINOLOGIA SOCIEDADE CRIMINÓGENA E A CONDUTA DELITIVA EXPRESSÃO SOCIOLÓGICA DA CRIMINOLOGIA COMPORTAMENTO DE DESVIO (ANOMIA) TEORIAS DE DURKEIM E MERTON EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DE DESVIO (ANOMIA) FATORES SOCIAIS DE CRIMINALIDADE VISÃO DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO SOBRE AS QUESTÕES PENITENCIÁRIAS.

## REFERÊNCIA BÁSICA

ALBEGARIA, Jason. Criminologia. Editora Hide, Rio de Janeiro: 1988.

ALVES, Roque de Brito. Criminologia. Editora Forense, Rio de Janeiro: 1986.

ARAÚJO, Edna Del Pomo de. Vitimização Carcerária. Editora Lúmen Júris, Rio de Janeiro: 1997.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARATTA, Alessandro. Criminologia (Introdução à Sociologia do Direito Penal) Editora Freitas Bastos, Rio de Janeiro: 1999.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de Barros. Direito Penal (Parte Geral). Editora Saraiva, São Paulo: 2004. BRETÃS, Adriano Sérgio. Fundamentos da Criminologia Crítica. Editora Juruá, São Paulo: 2010.

## PERIÓDICOS

CALHAU, Lélío Braga. Resumo de Criminologia. 4. ed. Editora Impetus, Rio de Janeiro: 2009.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30
----	--------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

## OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

## **PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## **SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

O curso pode ser realizado por profissionais ligados as mais diversas áreas do saber que atuem ou tenham a pretensão de atuar na Gestão dos Serviços Penitenciários, e por todos aqueles que executem funções relacionadas aos presídios e/ou segurança pública, advogados criminalistas, policiais civis, policiais militares, agentes penitenciários e demais interessados.